

DA BOCA DO SERTÃO AO OURO VERDE: INDAIATUBA, ITU E A EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA RURAL PAULISTA

THE MOUTH OF THE SERTÃO TO OURO VERDE: INDAIATUBA, ITU AND THE EVOLUTION OF RURAL ARCHITECTURE PAULISTA

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus¹

Endereço: Rua Monte Alegre, 984, Bairro das Perdizes, São Paulo-SP,
CEP. 05014-901
E-mail: cnjesus@pucsp.br

Resumo: O intuito do artigo é apresentar a hipótese de que a pesquisa a respeito da história da arquitetura rural da região chamada “boca do sertão”, mais precisamente dos locais onde hoje se localizam as cidades de Indaiatuba e Itu, é uma relevante chave de leitura para se entender a evolução da arquitetura rural do Estado de São Paulo. A principal explicação para tal tese reside no fato de que a região é a uma das mais antigas áreas povoadas do Estado, sendo, por isso, conhecida por ter constituído o principal ponto de partida das bandeiras e monções, ainda no século XVII, em direção ao sertão do Brasil.

Palavras-chaves: História da Arquitetura Paulista; “boca do sertão”; Itu; História de São Paulo.

Abstract: The aim of this article is to present the hypothesis that the research regarding the history of rural architecture of the region called "mouth of the sertão", more precisely the places where today is located the cities of Indaiatuba and Itu, is an important key to reading to understand the evolution of rural architecture of the state of São Paulo. The main explanation for this thesis lies in the fact that the region is one of the most ancient populated areas of the State, and is therefore known to have constituted the main point of departure of the flags and monsoons, still in the 17th century, in the direction of the backlands of Brazil.

Keywords: History of Architecture Paulista, "mouth of the sertão"; Itu; History of São Paulo.

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP/Superintendente da Fundação Pró-Memória/ Graduado, Mestre e Doutor em História pela UNESP de Assis, Pós-Doutor em História da Arte pela UNICAMP.

Da boca do sertão ao ouro verde: um olhar panorâmico da região de Itu

O intuito deste artigo é, por meio de análise de fontes diversas, materiais e escritas, defender a hipótese de que a pesquisa a respeito da história da arquitetura rural da região chamada “boca do sertão”, mais precisamente dos locais onde hoje se localizam as cidades de Indaiatuba e Itu, é uma relevante chave de leitura para se entender a evolução da arquitetura rural do Estado de São Paulo. O conceito de sertão é vasto como afirma Lucia Lippi Oliveira:

(...) aparece no imaginário social a ideia de que não há um sertão mas muitos sertões e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil. O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitânias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor.²

Mas, o que será utilizado aqui está de acordo com a afirmação da própria pesquisadora:

(...) As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semiárida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla.³

Na tipologia ideal de posição geográfica, o conceito “Boca do Sertão” vem para definir cidades “de chegada e partida de colonizadores das áreas a serem povoadas. São também ativos centros comerciais. O sucesso delas é efêmero, pois à medida que a frente de povoamento se desloca, essas cidades deixam de ser bocas de sertão. A posição delas é temporária e transferível para novos centros urbanos”⁴

2 OLIVEIRA, Luci Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Jul. 1998.

3 Idem

4 LOBATO, Roberto. Posição Geográfica de cidades. Revista CIDADES. v. 1, n. 2, 2004, p. 317-323

Nesse sentido, a Vila de São Vicente, já no final do XVI, era vista como “Boca do Sertão”, pois, por meio de caminho indígenas, como o dos peabirus, é que se começou a entrada para ao interior do território. Situação que só aumentou nos dois séculos seguintes, em virtude de interesses e práticas variadas, como por exemplo, a apreensão indígena, o povoamento e a busca de metais preciosos.

A partir da cidade de São Paulo, uma rede de caminhos irradiava-se em todas as direções. A descoberta das Gerais coincidiu com o aumento do trânsito no Caminho de Curitiba. Desde os primeiros anos do século, passavam por ele boiadas e tropas de muares, então adquiridas em Curitiba (...) A cartografia do período também demonstra a ampliação da rede em direção a Mato Grosso e Goiás. O trajeto para as minas do Mato Grosso era feito pelos rios Tietê e Paraná, ao passo que, para Goiás, era basicamente por terra (...) A rota para Cuiabá envolvia trecho de três dias por terra, margeando o rio Tietê, de São Paulo até a freguesia de Ararituaba (atual Porto Feliz), passando pelas freguesias de São Roque e Araçariguama, e por Itu. Do porto de Ararituaba, às margens do rio Tietê, próximo a Sorocaba e Itu, partiam as principais provisões dirigidas ao centro-oeste (...) Desde o século XVII, tal paragem já era utilizada como porto, sobretudo para as rotas do Paraguai. Mas foram as “monções” – expedições por via fluvial para abastecimento das minas de ouro – que intensificaram e dinamizaram o antigo ponto de partida. Ideal na monção de outono-inverno, correspondente ao período de seca (abril-maio – junho-agosto), percorria-se o Tietê em canoas, até o Paraná, de onde se partia em direção ao rio Pardo, e, deste, aos rios Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá.⁵

Situação que poder ser melhor visualizada pelo mapa de Francisco Tosi Colombina: “O Caminho Velho para Goiás”, do século XVIII, retratado abaixo.

⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294, dec. 2009. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5522>>. Acesso em: 29 June 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200013>, p. 274-275.

Figura 1: Legenda do Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão..., de Francisco Tosi Colombina.



Os dados descritos corroboram com a hipótese levantada no início do artigo, ou seja, de que a região entre Itu e Indaiatuba por ser uma das mais antigas áreas de povoamento do Estado de São Paulo, tem um relevante papel para se entender a evolução da arquitetura rural paulista. Para desenvolver tal discussão, acredita-se que se deva partir do raciocínio de que os modos de morar estão diretamente ligados às práticas sociais, culturais e econômicas de um momento histórico específico. O que mostra que o partido arquitetônico é amplamente conectado ao programa de necessidades de uma época, ou seja, mudam as práticas e os costumes, muda o programa e conseqüentemente a funcionalidade da habitação, o que se reflete diretamente no perfil construtivo do bem edificado.⁶

Esse panorama é muito bem evidenciado pelo arquiteto Carlos Lemos que, na obra *Casas Paulistas* (1999), dividiu a caracterização da história da arquitetura paulista a partir das suas bacias hidrográficas e seus ciclos econômicos. Definição que apresenta, segundo ele, “diferenças bem nítidas, sobretudo, nas construções residenciais”. Na bacia do rio Tietê, localização onde, de acordo com essa definição ficaria Indaiatuba e Itu, concentrou primeiro a “fase do bandeirismo até a descoberta do ouro,” (...) “depois a abundância resultante do açúcar ituano, do tropeirismo e as casas trazidas pelos mineiros, a partir da exaustão das catas auríferas”. Mais tarde, juntamente com o Vale do Paraíba viu florescer a arquitetura residencial do ciclo cafeeiro, “ainda, ligada aos materiais locais e ao saber fazer tradicional, mas já algo comprometido com o programa de vida moderno, trazido por influências dos primeiros lucros propiciado pelo ouro verde”.⁷

Até o século XIX, Indaiatuba foi bairro de Itu, no entanto, suas origens remontam à tradição rural da segunda metade do século XVII, como uma região de parada em direção ao interior do Brasil no caminho à Vila de São Carlos (Campinas), ou seja, aos tempos das bandeiras de caça aos índios e de saída de tropas, primeiro em direção das Minas e depois para os sertões de Goiás, o que possibilitou que fosse denominada como “Boca do Sertão”. Segundo Jonas Soares, Itu foi, no século XVII, “o ponto mais profundo do povoamento do sertão de todo Brasil. Quando Domingos Fernandes e Cristóvão Dinis fundaram o povoado em 1610, ele era o núcleo mais distante da região”.⁸ Em um segundo momento, a região ficou conhecida pelas monções, expedições “que utilizavam os rios para alcançar o Sertão”.⁹ Tais caravanas saíam principalmente de onde hoje é a cidade de Porto Feliz:

6 Na arquitetura partido é o “nome que se dá à consequência formal de uma série de determinantes, tais como programa do edifício, a conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as codificações de posturas que regulamentam as construções, e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto. Assim, compreende-se que, as mesmas situações podem justificar partidos, ou disposições de massas, diferentes entre si”. CORONA; LEMOS. “Partido”. In. _____. Dicionário da arquitetura brasileira. 2 ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2017.

7 LEMOS, Carlos. Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999, p.11-12.

8 SOUZA, Jonas Soares de. Os azulejos do Museu Republicano “Convenção de Itu. São Paulo: EDUSP, 2013, p.85.

9 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 4 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 46.

Como era geralmente sabido, o acesso a Cuiabá era feito em sua primeira parte pela navegação do Rio Tietê, Paraná e Pardo. Remontando este à longínqua distância da sua foz no Paraná, procuravam os bandeirantes passar às águas da contravertente do Paraguai (...) Não havia estrada mais curta nem mais favorável ao trânsito de canoas, canoões das monções, que largavam de Araratiguaba, Tietê abaixo (...) Às instruções emanadas diretamente da Coroa, em 26 de janeiro de 1765, seguiram-se as ordens formais do vice-rei, conde de Cunha, ao Capitão General de São Paulo, em 4 de novembro de 1766. E concretizou-se a régia determinação na partida da primeira monção largada de Araitaguaba (hoje Porto Feliz) em 28 de junho de 1767.¹⁰

Toda essa situação contribuiu para que a região de Itu se tornasse um pequeno polo populacional ainda no XVIII. Nesse momento o local estava prestes a se tornar a “Vila mais rica de toda a província de São Paulo, destacando-se na importante participação política e na economia, em função dos negócios de exportação de açúcar para a Europa”.¹¹ Assim, pode-se dizer que foi o açúcar que alçou a região a ter umas das maiores economias da província, destacando-se “pela presença de inúmeros engenhos de açúcar, responsáveis por 1/3 do açúcar fabricado na Capitania de São Paulo”.¹² Tal situação estava em consonância com o aumento da produção canavieira nos campos paulistas a partir da metade do XVIII, prática que refletia o resultado da política de ocupação e revalorização da Capitania feita pelo seu Capitão General e Governador, Dom Luis Antonio de Sousa Botelho, o Morgado de Mateus. Devido a isso, pode-se dizer que a região de Itu compôs o chamado “quadrilátero do açúcar”, território entre Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí e Mogi Guaçu, que passou a produzir, depois da metade do século XVIII, açúcar em grande escala.¹³ A situação reverberou e ganhou destaque, no local onde hoje se localiza Indaiatuba e se estendeu até o XIX, quando já deixara de ser bairro e tinha se tornado Freguesia de Itu.¹⁴ Scyllas Sampaio corrobora com tal afirmação, pois para ele: “a produção de açúcar foi a grande riqueza no município de Indaiatuba (...), onde houvesse rio, córrego, ribeirão ou água suficiente para mover uma ‘roda d água’, lá se instalava um engenho para o fabrico de açúcar,

10 SOUZA, Jonas Soares de. Op.cit., p.101 e 119.

11 ALVES, Silvane Rodrigues Leite. A instrução pública em Indaiatuba: 1840-1930. Contribuição para a história da educação brasileira. Campinas, 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, p.12.

12 ZEQUINI, Anicleide. O Sobrado da Convenção em Itu na antiga Rua do Carmo (atual Rua Barão do Itaim): uma pesquisa documental. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 197-211, jan. 2003. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5387>>. Acesso em: 18 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142003000100011>.

13 O “quadrilátero do açúcar” foi a denominação dada para a região entre Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí e Mogi Guaçu que, depois da metade do século XVIII (PETRONE, 1968, p. 24-53), entre o fim da extração do ouro nas Gerais e o começo da produção cafeeira no Rio de Janeiro e São Paulo, passou a produzir açúcar em grande escala, a ponto de se tornar a principal base econômica do país na época. (JUNIOR, 1979, p.104). A produção açucareira, com sua lavoura de cana e seus engenhos, foi a responsável por introduzir a plantation no planalto paulista. Cf. PETRONE, Maria Thereza S. A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p.24-53.

14 A grande produção de açúcar na cidade foi confirmada por pesquisas recentes feitas pela equipe da Fundação Pró-Memória no Arquivo Municipal de Indaiatuba e no Arquivo do Museu Republicano de Itu, nesse caso conferir o livro: JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. A Fazenda Cachoeira do Jica: um Patrimônio Cultural do quadrilátero do açúcar. Indaiatuba, SP: Editora Fundação Pró-Memória, JESUS, 2017.

assim como também de aguardente”.¹⁵ A esse respeito, pode-se dizer que a Fazenda Engenho D’Água foi uma das primeiras a produzir açúcar na cidade em Indaiatuba. Localizada às margens do ribeirão *Indayatuba*, tirava deste leito a energia para o seu Engenho.¹⁶

Nos registros da documentação primária investigada no Arquivo Municipal de Indaiatuba e no Arquivo do Museu Republicano de Itu, há evidências de que, nessa época, a fazenda pertencia à família Almeida Prado, precisamente a Francisco de Paula Almeida Prado, irmão de José Almeida Prado, o Jica e Tibiriçá Piratininga pai, os quais também produziram açúcar em Indaiatuba, respectivamente nas fazendas Cachoeira do Jica e Taipas, o que nos possibilita afirmar, com segurança, que tal família tivera um papel preponderante na economia da localidade, sendo uma das principais produtoras açucareiras na região.¹⁷

Em 1813, o então bairro de Itu, conhecido por Cocais, teve sua capela curada e, em 9 de dezembro de 1830, foi feita Freguesia por Decreto do Imperador – situação que possibilitou a nomeação de Juízes de Paz, bem como vereadores que serviriam na Câmara Municipal de Itu. Só em 24 de março de 1859, Indaiatuba foi elevada à “Vila, isto é, categoria de ‘Município’, através da Lei n. 12 do Presidente da Província de São Paulo”, tendo sido “procedidas no dia 3 de julho eleições de vereadores para a Câmara Municipal de Indaiatuba”.¹⁸ Foi nesse mesmo momento que a produção açucareira começou a ser substituída pela de café no planalto paulista:

[...] 1846-1847 é, certamente, o ano mais importante, o ano decisivo para a cultura canavieira. Os agricultores do *hinterland* de Santos, a partir de então, resolvem abandonar o cultivo da cana-de-açúcar para se dedicarem ao café. O ‘quadrilátero do açúcar’ vai transformar-se em zona cafeeira. O café plantado em 1846-1847 produzirá, em 1850-1851, ano em que ultrapassa, em volume, a exportação de açúcar pela barreira de Cubatão. Estranha coincidência! No ano de maior exportação de açúcar também foram formados grandes cafezais, e daí a pouco produzirão tanto, que o açúcar passará para o segundo lugar nas exportações de Santos.¹⁹

15 SAMPAIO, Scyllas Leite; SAMPAIO, Caio da Costa. Indaiatuba sua história. Indaiatuba, SP: Rumograf, 1998, p. 152.

16 Cf. PAIVA, Celso Lago. Engenho d’Água: uma casa de tradição bandeirista em Indaiatuba, Estado de São Paulo. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Unicamp, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 71-83, dez. 2006. ISSN 2178-3284. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645548/12852>>. Acesso em: 19 fev. 2017. doi:<https://doi.org/10.20396/resgate.v7i8.8645548>, p.75.

17 Registro de terras no Distrito da Vila de Itu. Primeiro cartório de Notas. Livro de Notas. 1856. Arquivo e Museu Histórico Municipal de Itu. Itu, São Paulo; Escritura Lavrada. Cartório de Notas de Itu, livro nº.64, fls 23 verso, ano 1896. Primeiro Cartório de Notas. Livros de Notas. Arquivo e Museu Histórico Municipal de Itu. Itu, São Paulo.

18 SAMPAIO, Scyllas Leite; Indaiatuba sua história. Op.cit, p. 44-51.

19 PETRONE, Maria Thereza S. A lavoura canavieira em São Paulo. Op. cit, p.162.

No entanto, especificamente na região do “quadrilátero do açúcar”, tal mudança ocorreu algumas décadas mais tarde, pois

[...] a implantação da lavoura cafeeira ocorreu de forma desigual nas vilas do Oeste paulista, até a sexta década do século XIX. Enquanto declinava a produção de açúcar e o canavial cedia espaço ao cafezal em municípios como Campinas e Rio Claro, o número de engenhos e o consequente aumento da produção de açúcar ampliava-se em municípios como Itu, Piracicaba, Capivari e Mogi-Mirim.²⁰

Dessa forma, seguindo um modelo bem característico, as cidades da região de Itu evoluíram de sítios estratégicos de paragem em direção ao sertão, para locais marcados pela forte produção agrária, direcionada primeiramente à produção açucareira e depois para aos campos de café. A mudança fez com que nas três últimas décadas do XIX, os cafeicultores da região vissem a necessidade de criar uma alternativa para escoar sua produção. Com tal intuito, foi idealizada em 1870 a Cia Ytuana de Estradas de Ferro, que se originou de uma concessão outorgada em 1870, destinada a fazer a ligação entre Itu e a São Paulo Railway, em Jundiaí. Para tanto, construíram-se vários ramais que foram responsáveis por boa parte da distribuição da produção cafeeira, nas décadas de 1870 e 1880.

As duas primeiras linhas construídas pela Companhia partiam de Itu e passavam por Indaiatuba: a Jundiaí-Pimenta (Indaiatuba), inaugurada em 1872 e a Pimenta-Itu, criada em 1873. Esta última “abriu o ramal de Piracicaba, partindo de Itaiçi, atingindo Capivari, a partir de 1875, Rio das Pedras em 1876 e Piracicaba em 1879”. Especialistas no tema destacam a importância estratégica da Estação de Itaiçi em Indaiatuba, pois “era um ponto de parada de onde abria uma chave para o ramal de Piracicaba”, além de ser “um ponto de distribuição e de ligação entre o interior do Estado de São Paulo e suas regiões”. Desse modo, como era “uma estação de união, ligava Sorocaba a Campinas, Piracicaba e Jundiaí, atualmente as maiores regiões do interior paulista”.²¹

Além disso, construíram-se vários ramais que foram responsáveis por boa parte da distribuição da produção cafeeira da região. Dentre eles, um passou dentro da Fazenda Cachoeira do Jica, em Indaiatuba, como afirma Scyllas Sampaio:

Em 1871 o Jica autorizou que se passasse pela sua propriedade a linha tronco da Estrada de Ferro Ituana, acreditando, diziam, que não teriam os construtores meio de ultrapassarem as pedreiras lá existentes. Em 1873, para surpresa sua, viu os trilhos vencerem galhardamente os

20 MELO, José Evandro Vieira. Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX. *Saeculum Revista de História*, João Pessoa, n. 14, jan./ jun. 2006, p. 76.

21 ANNUNZIATA, Henrique. Parecer técnico. HA-01/2003: Relevância cultural e recomendação de tombamento e conservação a título permanente da Estação Itaiçi, Indaiatuba, São Paulo. In. FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE INDAIATUBA. Processo de tombamento n.11/2012. Processo de Tombamento de nove bens de valor histórico e arquitetônico da cidade de Indaiatuba. (Acervo arquivístico do órgão), p. 4 e 8.

obstáculos e passarem ao lado de seus engenhos.²²

A autorização para que a estrada de ferro passasse por suas terras, na verdade, denotava o interesse de escoar a nova cultura produzida na Fazenda, o café. Situação que marcou a realidade não só da Fazenda Cachoeira do Jica, mas de várias outras áreas fabricantes de café na região de Itu, que a partir daí tornou-se forte produtora da rubiácea para mercado externo.

Sendo assim, pode-se notar que, historicamente, toda a região de Itu esteve, desde o século XVII, num local estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, sendo, primeiramente, essencial como ponto de partida para adentrar o sertão em busca de caça aos índios e como local irradiador de escoamento de produtos para regiões mineradoras, para depois, a partir do final século XVIII, se tornar grande produtora de açúcar e, conseqüentemente, no XIX, de café.

O intuito das próximas linhas é o de mostrar como tal desenvolvimento econômico variado refletiu diretamente nos exemplares arquitetônicos da região, simbolizando memórias diversas que possibilitam resgatar um olhar retrospectivo da evolução das construções rurais do Estado de São Paulo.

Da boca do sertão à parada de tropeiros: a questão da arquitetura tropeirista

Diferentemente das demais cidades da região, Indaiatuba e Itu conservaram um bom número de exemplares da arquitetura rural que simbolizam épocas remotas da ocupação de São Paulo, como, por exemplo, aqueles referentes aos ciclos bandeirista e tropeirista, quando a região ficou conhecida como “boca do sertão”. Nesse sentido, pode-se destacar a presença de casas rurais de estilo bandeirista que, ainda hoje, mantêm as principais linhas desse estilo consagrado pelo arquiteto Luis Saia.

A residência do potentado paulista instala-se num retângulo, com paredes de taipa de pilão, telhado de quatro águas e cobertura com telhas de canal. Prefere sempre uma plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho. A planta se desenvolve segundo um esquema bem preciso: uma faixa social, fronteira, contém a capela e o quarto de hóspedes e, no meio, o alpendre; atrás dessa faixa e em correspondência com as divisões dela, em torno de uma sala central, os quartos se dispõem lateralmente. Às vezes, no fundo comparece um agenciamento de serviço, dando acesso ao pavimento superior. Nos exemplares mais tardios, este compartimento se transforma em alpendre. Enquanto a faixa fronteira se aquinha com todo o pé direito, como se quisesse com isto valorizar a sua destinação social, o restante da habitação comporta um segundo

22 SAMPAIO, Scyllas Leite; Indaiatuba sua história. Op. cit., 1998, p.158.

pavimento destinado ao depósito. Este último dispositivo, que aproveita o espaço ganho à custa da declividade do telhado, é uma solução característica da residência medieval e o seu funcionamento ultramarino se realiza inclusive como câmara térmica.²³

Um exemplo marcante nesse caso é a Casa da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, situada na Estrada das Sete Quedas, a antiga Estrada do Matadouro, no município de Itu. Datada aproximadamente de 1763, apesar das adaptações para moradia, a planta original está bastante conservada, pois ela mantém as principais características das casas bandeirista: construída com a técnica de taipa de pilão, com forma retangular, uma porta central, com alpendre, ladeada por dois cômodos frontais, o quarto de hóspedes e a capela, abrindo para um salão principal, pelo qual tem-se acesso a outros cômodos, ou alcovas.

Figura 3 - Casa Sede da Fazenda Conceição, Itu (XVIII)



Fonte: Casas Bandeiristas: Arquitetura Colonial Paulista. Disponível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-da-conceicao/>. Acesso em 29 mar.2018

Tal estilo bandeirista acabou se espalhando para além do território paulista, podendo-se encontrar representantes de tal partido em outras regiões do Brasil, como Minas Gerais e Goiás e, até mesmo, na antiga América espanhola, como no Paraguai.²⁴ Por isso, pode-se dizer que a maior particularidade da arquitetura paulista presente na região esteve ligada à iniciativa tropeirista, que determinou um estilo arquitetônico muito específico de tal local.

O tropeirismo no Brasil ganhou força no XVIII e tinha por finalidade fazer

23 SAIA, Luís. Morada Paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.10

24 Conferir: AMARAL, Aracy. A Hispanidade em São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

comércio entre as vilas que começavam a se instalar pelo território brasileiro. Em São Paulo, a prática se desenvolveu a partir das cidades de Sorocaba, Taubaté, Santana do Parnaíba e São Vicente, mas foi só em 1733 que passou a primeira tropa de mulas pelo Estado em direção às Minas Gerais.²⁵

A partir dessa data, o tropeirismo teve um movimento incessante até aproximadamente 1875, quando as estradas de ferro finalmente suprimiram o transporte por mulas nesta região do Brasil.

O Estado de São Paulo ganhou protagonismo em tal iniciativa quando, em 1757, foi estabelecida uma Feira de Gado Muar na cidade de Sorocaba, onde os vendedores e compradores de diferentes locais se dirigiam para fazer negócios. A cidade se tornou o centro do tropeirismo, local em que se comercializavam animais que vinham da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, sendo tocados pelos próprios donos, tropeiros, e por ajudantes ou peões.

As tropas vinham soltas e as mulas cargueiras transportavam carne seca, feijão, farinha e quando chegavam em Sorocaba passavam por um registro e os animais ficavam nas fazendas da Cidade e dos arredores até o momento da venda, quando os tropeiros pagavam impostos sobre o valor do lucro e da paragem dos animais.

Devido a todo esse dinamismo econômico, em meados do século XVIII, a vila de Sorocaba apresentava traços típicos de centros urbanos, o que quase não ocorreu em outras localidades da Colônia. A feira de animais e o comércio das tropas afetaram o crescimento demográfico e a paisagem urbana da vila. O crescimento se deu também em torno dos pousos de tropeiros, espaços onde as tropas se abrigavam durante as viagens. Tais locais eram galpões modestos, onde os tropeiros e outros viajantes repousavam à noite, entre uma viagem e outra.

Esses pousos geralmente pertenciam a fazendeiros ricos que cobravam uma grande quantia de aluguel. Mas, não eram apenas os tropeiros e suas mulas que paravam nos ranchos, tais abrigos eram, geralmente, a única opção para outros viajantes, fossem eles ricos ou pobres. Neles pousavam todos os passantes que, ao entardecer, achavam-se em viagem por uma dada região do sertão brasileiro e que não conseguiam encontrar refúgio em casa de algum conhecido, de modo que, sob um mesmo teto, reuniam-se homens livres e escravos, gente de origem europeia, africanos ou seus descendentes e índios. Muitos desses pousos contribuíram para o surgimento ou o desenvolvimento de cidades, como Itapetininga, Itapeva, Itu, Jundiá e, também, Indaiatuba. Assim, o tropeirismo foi “diretamente responsável pelo acúmulo de capital que possibilitou, no Estado de São Paulo, o riquíssimo desenvolvimento” econômico. Circunstância que se refletiu, diretamente, na produção rural, principalmente do

25 MACEDO, Juliana Cristina de. Tropeirismo e Identidade Cultura de Sorocaba. 2011. 18 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Projetos Culturais). Escola de Comunicação e Artes, USP-São Paulo, 2011, p.6.

açúcar.²⁶

Pode-se afirmar, a partir de tais evidências, que a região já vinha testemunhando de perto as fases de desenvolvimento econômico da Capitania, o que se refletiria diretamente na evolução da arquitetura rural paulista. Nesse momento, no que se refere ao partido arquitetônico da casa rural da região, as maiores mudanças consistiram no fechamento do alpendre e do corredor, a presença de janelas sem grades, o surgimento da sala de recepção, o desaparecimento da capela doméstica e o nascimento do oratório só da família, além do surgimento da alcova com acesso à dita sala de visitas, que tomou o lugar da sala de hóspedes. Assim, flexibilizou-se o célebre modelo bandeirista, focado no conjunto: capela, alpendre central, dois compartimentos laterais e um quarto de hóspede. “Desapareceu o corredor central fronteiro, transformando-se em sala de receber, em compensação o corredor de trás permaneceu, ganhando importância e se transformando em “varanda”, local alpendrado onde a família se reunia”.²⁷ Tais mudanças marcaram principalmente a região que o tropeirismo começou a dividir espaço com a produção do açúcar, o que nos permite até mesmo atribuir uma definição específica para uma variante de tal partido desenvolvido na região, a denominada “Casa Tropeirista”, cujo principal exemplar é a Casa de Brigadeiro Tobias, da Fazenda Passa Três, em Sorocaba.²⁸

Figura 4 - Casa do Brigadeiro Tobias, Sorocaba (XVIII)



Fonte: GORDINHO, Maria Cintra. Patrimônio: A caminho do Oeste. São Paulo: Terceiro nome/ Museu da Casa Brasileira/CONDEPHAAT, 2010, p.159

26 PRESTES, Lucinda Ferreira. A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos sócio-econômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888). São Paulo: ProEditores, 1999, p. 36.

27 LEMOS, Carlos Morada Paulista. Op. cit., p. 77-78.

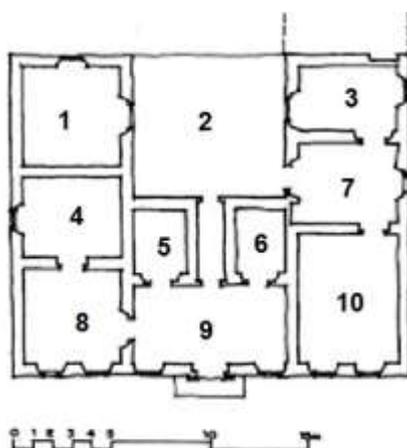
28 Brigadeiro Tobias foi casado com a Marquesa de Santos, além de ser figura importante, na política e economia. Foi dono de uma das maiores fortunas do Estado e teve participação ativa na história da Província de São Paulo, como chefe da revolução liberal de 1842.

Figura 5 – Interior da casa do Brigadeiro Tobias, Sorocaba (XVIII). Alpendre fechado e pau pique nas paredes internas, características próprias de tais construções.



Fonte: Casarão Brigadeiro Tobias: Centro Nacional dos Estudos do Tropeirismo. Disponível em: <http://cultura.sorocaba.sp.gov.br/casaraobrigadeirotobias/fotos/>. Acesso em 28 jul.2018

Figura 6 – Planta Tropeirista: Casa do Brigadeiro Tobias, Sorocaba (XVIII)



Fonte: LEMOS, Carlos. Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999, p.78

LEGENDA	
1	Dormitório
2	Varanda, sala de jantar, dos fundos, sala de dentro
3	Dormitório
4	Alcova
5	Sala de fora
6	Sala de fora
7	Dormitório
8	Alcova (substituiu o quarto de visita)
9	Sala de recepção (substituiu o alpendre)
10	Oratório familiar (substituiu a capela)

Se, no caso específico dessa variante da casa rural paulista da região da “boca do sertão”, ficavam evidentes algumas constantes dentro das inovações mencionadas, por outro lado, ela também se diferenciava da maioria dos partidos da região, principalmente pelo fato de estar livre da “contaminação mineira”, pois era “uma área de agricultura de subsistência, do fabrico de algum açúcar e, principalmente, estava ligada à economia tropeirista, pois a célebre feira sorocabana de muares é que dava direta ou indiretamente o sustento a todos”²⁹.

Mas, mesmo que esse partido arquitetônico tenha se apresentado livre da influência da cultura mineira, que começava a marcar presença em São Paulo, isso não quer dizer que tal liberdade tenha sido uma regra na prática construtiva da região, pois de acordo com Luis Saia houve, em outros locais da mesma região, a colaboração das técnicas construtivas mineiras trazidas pelos denominados “torna viagem”. Para ele, esse grupo não carregava nenhum traço do aventureiro bandeirante que se direcionava ao sertão, foi antes um pacato, um roceiro, um criador (...):

E traz consigo outras tendências e outros costumes, bem assim outra arquitetura, outro tipo de residência, mais elegante, mais leve, mais burguesa, com desenho, técnica, e composição sensivelmente diversos daqueles que procederiam da arquitetura paulista do ciclo anterior (...) mais liberalidade decorativa e um sentimento já aburguesado na planta – o que lembra gente que estagiou numa sociedade cujo teor de concentração urbana foi notavelmente acentuado.³⁰

Já para Carlos Lemos os “torna viagem” não existiram, o que aconteceu é que os mineiros vieram atraídos realmente pela riqueza do açúcar do quadrilátero do açúcar, estabelecido pela reestruturação do Estado por Morgado de Mateus, a partir do último quartel do XVIII, e acabaram se estabelecendo e influenciando também outras regiões.³¹

29 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., 1999, p.79.

30 SAIA, Luís. Morada Paulista. Op. cit., p.165.

31 “O morgadio é uma forma de propriedade vinculada na qual o seu titular dispõe da renda, mas não dos bens que a produzem. Ele se beneficia apenas do usufruto de um determinado patrimônio, sem poder dispor do valor constituído do mesmo. O mais importante, no entanto, era que ao titular do morgado cabia também a perpetuação do nome da família, a honra e a valentia do grupo familiar. Neste sentido, o morgado era um ato de regulamentação de um patrimônio, no qual também se transmitiam regras de conduta social em sua relação com a memória de seus antepassados. Por conseguinte, uma das características marcantes deste tipo de propriedade vinculada é a noção de que o herdeiro não poderia desmerecer a herança recebida, mantendo, portanto, uma estreita relação com a hipotética valentia de sua família e o seu prestígio (...). Há alguns anos, a historiadora Beatriz Nizza da Silva afirmou que os morgados foram mais numerosos no Brasil do que supõem os historiadores. Para a autora, a institucionalização da propriedade vinculada constituía-se numa das características do viver sob a égide da nobreza, conservando a riqueza da Casa, em nome do bom nome da família. A despeito da pouca presença do tema dos morgadios na literatura sobre a história colonial, é possível destacar alguns já conhecidos. Em primeiro lugar, o morgado de Matheus, na capitania de São Paulo, densamente estudado pela historiadora Heloisa Belloto. Destaca-se ainda aquele que teria sido o maior morgadio das Américas, a Casa da Torre dos Garcia d'Ávila na Bahia, instituído no século XVI, investigado por Angelo Pessoa e Luiz Bandeira. Também é recorrente a menção ao morgadio da Casa da Ponte, na capitania de Minas Gerais, também instituído no século XVI pelo mestre de campo Antonio Guedes de Brito. Cf. MOTTA, Marcia. “Morgadio no Brasil”. in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2014v059.

(...) o surto açucareiro, pouco antes do último quartel do século, começou a interessar aos mineiros já desiludidos com a exaustão dos aluviões dos rios ‘das vertentes’, ao norte da serra da Mantiqueira e agora dedicados à pecuária. Influência modesta na zona açucareira antiga, como as cercanias de Itu, Porto Feliz e Jundiaí, mas bastante visível de Campinas para o norte. Foi por aí que se deu a invasão”.³²

Torna viagem ou não, o certo é que a região foi um espaço agregador de culturas mistas e centro irradiador das bandeiras, monções e tropeirismo, situação que refletiu diretamente no panorama arquitetônico da região até mesmo após tais ciclos econômicos, marcando o espaço até mesmo das construções do período que chamamos de “tempo do açúcar”, que vai da chegada de Morgado de Mateus, aproximadamente, até a instalação definitiva e lucrativa do café na região, o que ocorreu na metade do XIX, conferindo um rico panorama rural para o local, não só do ponto de vista arquitetônico, mas também cultural e social, que se projetou mais tarde para todo o Estado de São Paulo.

A evolução da arquitetura paulista no “quadrilátero do açúcar”

Para Luis Saia, essas mudanças modernizadoras possibilitadas pela volta de interesse da metrópole por São Paulo, com a vinda de Morgado de Mateus, em 1765, foram responsáveis por apagar por completo, em alguns lugares da Capitania, a memória arquitetônica colonial, principalmente da casa rural bandeirista, que capitulou diante do surto urbanístico e capitalista, propiciado pela retomada da província.

[A nova política de Morgado de Mateus] (...) não conseguiu levantar uma linha de desenvolvimento capaz de formas explícitas independentes e definidas; a ação oficial acusava uma dependência frente à atuação pertinaz do colonialismo (...). As construções e instalações que cobrem o desenvolvimento regional de 1765 até 1834 não explicitam partidos capazes de representar uma preferência coletiva; (...) representam soluções abstratas impostas ao sabor das circunstâncias (...). Todos esses fatos partem do governo ou significam, na verdade, uma preliminar para o esquema resolutamente colonial que envolveria o país na fase seguinte.³³

32 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p.75.

33 Segundo Luis Saia, a partir de 1765, com vinda de Morgado de Mateus para São Paulo, começou a fase de desenvolvimento paulista, a estruturação urbanística, fundações de povoações e organização das cidades com a influência de técnicas construtiva europeias, visando à inserção da Província no sistema mercantilista colonial e preparando o terreno para a produção monopolista. Dessa forma, para o arquiteto, acabava-se o isolamento que, para ele, seria uma das principais variáveis que possibilitaram atribuir um modelo exclusivo à arquitetura colonial rural paulista até então, que denominou Bandeirista. O fim dessa era Bandeirista (1611-1727) de desenvolvimento explícito e natural impactou as mudanças na arquitetura de então, que fez com que desaparecesse por

Já para Carlos Lemos, o uso rural das casas na região de Itu, de certa forma, expressou um maior grau de resistência às mudanças. Tal informação nos ajuda a solidificar a hipótese que, diferentemente do resto da Capitania, se conservou nesse local parte da memória bandeirista e tropeirista, que depois seria inserida na arquitetura do “tempo do açúcar”, pois ao analisar a morada rural do “quadrilátero do açúcar” pode-se notar que manteve, por exemplo, a volumetria da casa da época da expansão bandeirista para o sertão e, devido à escassez da cal no planalto, manteve também a técnica de construção em terra. Nesse quesito, a taipa de pilão passou a ter o acompanhamento da taipa de mão nas divisões internas, técnica trazida pelos mineiros.³⁴

Diante de tais evidências, é mais prudente afirmar que o “quadrilátero do açúcar” estava longe de ser um polo agregador homogêneo; diferenciações econômicas e culturais ocorriam dentro da própria região, o que se refletiu, principalmente, nas características arquitetônicas das sedes das fazendas rurais, que conservaram algumas características de práticas construtivas anteriores e ou apresentaram novas especificidades em cada vila ou sub-região. Mas é certo que o fato desse ciclo econômico ter uma curta duração, três quartos de século no máximo, e ter sido substituído rapidamente pelo café, dificultou a tarefa dos historiadores em encontrarem indícios dessa arquitetura açucareira e de sua evolução em algumas regiões.

Segundo a arquiteta Áurea Pereira da Silva, quase nada restou da época do açúcar, em algumas sub-regiões como a de Campinas, ao contrário da de Itu, que apresenta resquícios de heranças de experiências arquitetônicas não só do tempo do ciclo do açúcar, mas também das técnicas que as precederam. É possível dizer assim que, em tal região ituana, a partir de indícios diluídos, ainda se notam alguns sinais dos partidos rurais de outrora, entre eles as de soluções bandeiristas e as trazidas pelos mineiros.

Parece-nos relevante conhecer que as antigas sedes dos engenhos conservaram-se como habitações após a chegada do café. Preservadas parcialmente, elas sofreram inúmeras intervenções e alterações advindas dos novos hábitos da cultura cafeeira. Esse fato explica, em parte, o reduzido número de exemplares genuinamente ligados à cultura do açúcar e as dificuldades de análise dos edifícios conservados. Apesar disso, é possível constatar a presença de algumas recorrências nessas construções, particularmente no que se refere à preferência: pelos sistemas construtivos tradicionais, taipa de pilão e taipa de mão; pela presença de dois partidos de implantação, sobre terreno plano e à meia

completo, em algumas a casa paulista, o modelo definido pelo conjunto capela, alpendre central, dois compartimentos laterais e um quarto de hóspede. Cf. SAIA, Luís. *Morada Paulista*. Op. cit., p.45 e p.130-131.

34 LEMOS, Carlos. *Casa paulista*. Op. cit., p.124

encosta, gerando respectivamente a casa de sobrado e a moradia assobradada.³⁵

Essa sobreposição de culturas nos obriga a lançar mão de uma análise acurada de fontes históricas de suportes variados, ou seja, a prática historiográfica de cruzar informações da cultura material com inventários e testamentos é que torna possível identificar tais soluções arquitetônicas coloniais, fazendo-as, assim, chegar até nós como rastros da memória. Dessa forma, a partir de pequenos detalhes construtivos, diluídos em soluções arquitetônicas mais recentes, pode-se notar características das épocas bandeiristas, como alpendre aberto, paredes de taipa de pilão e a presença de capela. Tais evidências podem ser visualizadas, por exemplo, na Chácara do Rosário, em Itu, que apresenta, justamente, as variantes arquitetônicas que caracterizaram as casas dos tempos das bandeiras, como alpendre e taipa de pilão de estilo bandeirista, dialogando de forma harmoniosa, com características próprias de outros tempos, como apuro no acabamento da carpintaria, detalhes plásticos, decorativos e não apenas funcionais, como assoalho elevado do solo, base de pedra e janelas curvadas, todas características, possivelmente, trazidas por mineiros “torna viagens”.

Figura 7 – Casa Sede Fazenda Chácara do Rosário, Itu (XVIII)



Fonte: LEMOS, Carlos. *Op. cit.*, p. 46

35 SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, V. 14, n.1, p. 81-119, jan. 2006.

Situação que se pode notar, também, nas sedes das Fazendas Pirahy e Paraíso em Itu, que, além das adições apresentadas na sede da Chácara do Rosário, percebe-se a presença de um segundo pavimento, ganhando acréscimo na própria planta baixa.

Figura 8 – Casa Sede Fazenda Pirahy, Itu (XVIII)



Fonte: <http://www.itu.com.br/pirahy/meio2.htm>. Acessado em 16 de janeiro de 2018

Figura 9 – Casa Sede Fazenda Paraíso, Itu (XVIII)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

Os estudos criteriosos a partir de inventários e o cruzamento de tais informações com a análise de suas plantas baixas possibilitaram afirmar que, na origem, tais sedes de fazendas, em outrora, se trataram de casas bandeiristas, ganhando adições ao longo

dos séculos por conta da evolução das técnicas construtivas paulistas, entre elas o segundo pavimento e, também, indícios da influência da arquitetura colonial de Minas Gerais.³⁶

Tais mudanças e permanências também são percebidas onde hoje é Indaiatuba, como, por exemplo, na sede da Fazenda Taipas, originalmente casa do bandeirante Antonio Pires de Campos, o Pai-Pirá, que depois foi vendida para a família Almeida Prado para a produção de açúcar. Nela manteve-se o alpendre e a construção de taipa, mas notam-se, também, várias intervenções da época do açúcar e do ecletismo da época do café.³⁷

Figura 10 – Casa Sede Fazenda Taipas, Indaiatuba (XVIII)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

O mesmo pode-se dizer da sede da Fazenda Engenho D’Água, “uma legítima casa de tradição bandeirista”, que pertenceu à mesma família Almeida Prado. Com a análise de seu partido arquitetônico, pode-se afirmar que mesmo com várias intervenções se manteve a “disposição espacial de caráter bandeirista dos elementos construtivos, as paredes de taipa de pilão, as envasaduras antigas remanescentes e seus acessórios, os pisos de ladrilhos cerâmicos e de tijolões e o ‘forro’ paulista”, estes últimos são posteriores, adicionados nas transformações subsequentes.³⁸

36 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p.129-130; Registro de terras no Distrito da Vila de Itu. Primeiro Cartório de Notas. Livros de Notas, 1811,1814,1819,1925,1826. Arquivo e Museu Histórico Municipal de Itu. Itu, São Paulo; Registro de terras no Distrito da Vila de Itu. Primeiro Cartório de Notas. Livros de Notas;1811,1814,1819,1925,1826. Arquivo e Museu Histórico Municipal de Itu. Itu, São Paulo.

37 Inventário do Capitão José Manoel da Fonseca Leite. Juízo de Direito e Orfãos da Cidade de Itu, Comarca de Itu, São Paulo. 1897, 47 p. Arquivo Histórico e Municipal e Museu de Itu, Itu, São Paulo; Execução de Sentença: Antonio Leite de Almeida Prado. Juízo de Direito da Comarca de Itu. Autuação, 18 de março de 1901. Arquivo Histórico e Municipal e Museu de Itu, Itu, São Paulo; Testamento da Mary Harriet Speers. 11º Cartório de Notas, São Paulo. 1982, 22 p.

38 PAIVA, Celso Iago. “Engenho d’Água: uma casa de tradição bandeirista em Indaiatuba”. Op. cit.71

Figura 11 – Casa Sede Fazenda Engenho D'Água, Indaiatuba (XVIII)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

Assim, de acordo com o histórico de tais bens (estudos de seus inventários e de suas plantas baixas), não é demais levantar a hipótese de que nessa sub-região, dentro do quadrilátero do açúcar, onde hoje se localizam os municípios de Itu e Indaiatuba, é marcante a presença de casas de origem colonial rural bandeirista e de adições que ocorreram na época do açúcar. De acordo com tal raciocínio, é possível também afirmar que os indícios da arquitetura de outrora continuaram presentes de forma harmoniosa, aderindo a um novo partido arquitetônico. Exemplo disso é a presença de alpendres, telhado de quatro águas, capela e estruturas de taipa de pilão, todas características, definidas por Saia, como de estilo bandeirista puro. Para as construções com algumas interferências nessas constantes, como ocorreu na época do açúcar, o arquiteto preferiu definir de “estilo tardio”³⁹. Já para Julio Katinsky, a melhor definição para tais moradas seria “casas de tradição bandeirista”:

(...) [formada] por três lanços, sendo o central ocupado pela sala maior e pela varanda. À direita conserva capela (...). Entretanto, muitas transformações posteriores são visíveis. A sala contígua à varanda apresenta-se forrada, o quarto de hóspedes foi unido a outro compartimento, sendo hoje utilizado como sala de visitas. Na mesma prumada da capela foram construídas habitações mais modestas de pau a pique (...),

39 SAIA, Luis. *Morada Paulista*. Op. cit., p. 112.

Conceitos e definições à parte, deve-se destacar, nesse sentido, que é em tal região de Itu, principalmente entre os municípios de Indaiatuba e Itu, que, ainda, se preservam exemplares construtivos que podem dar um relevante panorama da evolução da arquitetura rural paulista. Tal característica é quase uma particularidade desse local, pois em outras regiões, como na próxima Campinas, não se encontra uma quantidade mínima de representantes arquitetônicos capazes de possibilitar uma leitura de tal evolução. Situação que pode ser explicada pelo fato de o surto cafeeiro ter sido tão forte nessas regiões que a posse de maior substrato financeiro possibilitou que fossem empregadas, com mais força, as mudanças estéticas próprias daquele momento, como o ecletismo e neoclassicismo, instrumentos que funcionaram como maior eficiência para cravar um panorama de modernidade em tais construções, o que, conscientemente ou não, apagou indícios ou sinais da arquitetura de um momento colonial considerado retrógrado para época, como o bandeirista, tropeirista ou açucareiro.

Mas, em ambas as sub-regiões do quadrilátero, pode-se dizer que houve um layout constante: casa de moradia, paiol, senzalas e o engenho d'água, o que possibilita a arquiteta Áurea Pereira da Silva afirmar que, da “mesma maneira como essas poucas informações foram garimpadas na historiografia, pudemos identificar, no patrimônio rural preservado, certos vestígios arquitetônicos da época”, pois “eles permanecem no esquema de implantação da sede, nas habitações – residência e senzala – e nos poucos edifícios do setor produtivo que resistiram à chegada do café”.⁴⁰

Assim, como via de regra, pode-se dizer que a arquitetura do café fez, nos locais em que mais se desenvolveu, o mesmo com as casas do tempo do açúcar, do que foi feito com arquitetura bandeirista, ou seja, manteve e se aproveitou as bases do partido arquitetônico do tempo que a antecedeu. Entretanto, mesmo assim, nessa época do café, principalmente na região de Itu, coexistiram vários partidos arquitetônicos rurais, englobando as soluções tradicionais bandeiristas e as trazidas pelos mineiros, o que possibilitou com que a memória de tais soluções chegasse até nós, nos dias de hoje.

O Ouro Verde: modernidade e tradição na arquitetura paulista

No que se refere à arquitetura da época do café, deve-se partir da afirmação de Carlos Lemos de que, com a chegada da rubiácea, “paulatinamente, os engenhos foram sendo desativados e as propriedades transformadas. Mas, as casas de residência continuaram as mesmas e seus proprietários também”.⁴¹ Na verdade, pode-se dizer que, como herança do engenho açucareiro, mas de forma muito mais diversificada, a fazenda de café se singularizou por um complexo arquitetônico que abrangia as terras

40 SILVA, Aúrea Pereira. “Engenhos e fazendas de café em Campinas”. Op. cit., p. 87.

41 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p. 206.

reservadas ao cafezal, às matas, às instalações de beneficiamento do café, e às habitações. A partir daí, as sedes e suas construções adjacentes “(...) tiveram que se adequar aos diversos programas: beneficiamento, armazenamento, habitação etc. Tudo isso somado acabou definindo o próprio partido arquitetônico da fazenda”. Sendo a fazenda de café um conjunto formado de inúmeras edificações e tendo em vista a documentação inventariada, “parece-nos relevante focalizá-la, sob duas óticas: como conjunto e como arquitetura de edifícios isolados”.⁴² Nesse sentido, Campinas foi a região de maior exemplo de tais mudanças:

Pode-se dizer que as fazendas de Campinas, a exemplo do que ocorrera naquelas do Vale do Paraíba, organizaram o conjunto das edificações em quadra, com uma diferença: nelas, o tipo de agenciamento não foi estruturado de forma tão compacta e regular como naquelas do vale paraibano (...). Podemos inferir que as formas irregulares, em Campinas, derivaram das antigas implantações herdadas dos engenhos, que predeterminaram o esquema do futuro agenciamento das fazendas. Observando que, em geral, sobretudo a partir de 1870, o aumento da produção de café criou a necessidade de ampliar a área dos terreiros. No primeiro momento, eles foram agregados aos já existentes, mas, quando o café atingiu índices elevados de produção, novos terreiros foram construídos fora do perímetro original da sede. Isso explicaria, também, a irregularidade da quadra e a pulverização do conjunto. Por maior que seja o número de variáveis, é possível destacar dois tipos básicos de agenciamento do conjunto nas fazendas campineiras. O primeiro é dominado pelo espaço dos terreiros, que distribui e organiza as edificações (...) finalmente, há que se mencionar a presença marcante dos muros de taipa de pilão cercando os limites das sedes cafeeiras, com o objetivo de estabelecer o controle e a vigilância sobre os escravos e a produção de café.⁴³

A partir desse momento, pode-se aventar a hipótese de que não só em Campinas, mas em todo o antigo quadrilátero inexistia exemplares não contaminados pela influência da arquitetura cafeeira, o que fez com que, muitas vezes, os arquitetos se confundissem, afirmando que tais sedes seriam provenientes da época do café, como fez o próprio Carlos Lemos ao classificar a sede da fazenda Cachoeira do Jica, em Indaiatuba, como representante do ciclo cafeeiro da bacia do Tietê, sendo originária da segunda metade do século XIX.⁴⁴

42 SILVA, Aurea Pereira. “Engenhos e fazendas de café em Campinas”. Op. cit., 99

43 Idem

44 Cf. LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p. 223-224.

Figura 12 – Casa Sede Fazenda Cachoeira do Jica, Indaiatuba (XIX)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

A explicação para tal confusão deve-se ao fato de:

(...) a adaptação dos antigos engenhos à lavoura cafeeira deu-se de forma tão harmoniosa, com relação ao conjunto de edificações já existentes, que apenas através de documentação antiga se pode constatar que tal acomodação foi feita, e que a fazenda não tenha tido como função inicial a cafeicultura”.⁴⁵

A riqueza do açúcar, provavelmente, foi a responsável pela beleza imponente das casas sede, como se pode ver pela imagem da fachada da Fazenda Cachoeira do Jica, situação um tanto comum no que se refere às residências rurais dos grandes produtores açucareiros, como afirma Vladimir Benincasa: “O ciclo da cana-de-açúcar havia provocado um razoável enriquecimento em suas cidades (...), se comparadas com as de outras regiões paulistas, e mesmo as casas rurais, existentes nos engenhos, já demonstravam esse requinte alcançado”.⁴⁶ Tal adaptação das casas do ciclo açucareiro ao cafeeiro é pontuada também por Lemos:

(...) a taipa de pilão conseguiu chegar até praticamente o fim do século como técnica “nobre”, testada e aprovada por gerações. A duras penas o paulista conservador, tanto o ricaço do palacete como o cidadão comum, se convenceu das vantagens da nova técnica construtiva trazida pelo café,

45 BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007, p.133.

46 Ibid., p.136.

que foi a alvenaria de tijolos em substituição à terra socada. Chegou até a empregar tijolos em construção onde a velha fisionomia dada pela taipa devesse ficar conservada, guardadas, por exemplo, as distâncias peculiares entre as envasaduras. O tijolo haveria de manter a estética da taipa. O paulista antigo, de fato, no começo considerou substituir a taipa, porém conservando a volumetria do arcabouço tradicional, ignorando a maior versatilidade de alvenaria de tijolos. Casas de fazenda e urbanas chegaram a ser feitas de tal modo que as pessoas jamais pudessem perceber a técnica da construção (...). Enfim, alguns aperfeiçoamentos foram introduzidos nessas construções que antecederam o ecletismo, preparando todos para as novidades que breve surgiriam, exigindo materiais importados e mão de obra imigrada para subverter todo o tradicionalismo de nossa cultural material.⁴⁷

Mas, antes de entrar nas especificidades da arquitetura cafeeira, deve-se salientar o peso simbólico da casa sede. Nesse sentido, sua grandiosidade, riqueza arquitetônica, implantação e posicionamento, servia para se destacar de outros espaços construídos do complexo cafeeiro, e para o controle visual das diversas atividades realizadas nesses locais. Mas, deve-se estar atento às ponderações do historiador da arte Roberto Conduro:

Não estando relacionadas apenas às demais edificações que as compunham, nem simbolicamente às fazendas, as casas sedes não foram limitadas a com elas se medir. Foram pensadas e constituídas em relação à rede de espaços e edificações instaurados pela economia cafeeira. Assim, não soam estranhos os investimentos feitos nessas casas para destacá-las no conjunto de edifícios técnica e artisticamente grandiosos que o café gerou do campo à cidade. A casa sede devia ser, portanto, um signo de poder, dentro e para além da fazenda de café. Daí seu tom senhorial.⁴⁸

Assim, pode-se dizer que essa arquitetura especial da sede das fazendas cafeeiras estava, também, ligada à cultura política de seu tempo, que caracterizava a sociedade moderna de tom cada vez mais arrivista e competitiva, baseado no poder do capital. Por isso, a suntuosidade das casas tinha, também, o objetivo de colocar em evidência o cafeicultor em relação aos outros produtores e até mesmo aos capitalistas das já cosmopolitas capitais do sudeste brasileiro. Situação que contribui para que não pensemos em um único estilo artístico e arquitetônico para tais construções, pois buscando tal destaque misturavam vários estilos. Muitos pesquisadores associam as sedes cafeeiras “ao movimento neoclássico em arquitetura. Entretanto, talvez, seja

47 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p.223 e 225.

48 CONDURO, Roberto. “Pretérito (Im)Perfeito: Casas Senhoriais em fazendas de café no sudeste brasileiro. In. MASCARO, Cristiano. Fazendas do Império. Rio de Janeiro: Fadel, 2010, p. 45.

melhor pensá-las em relação ao neoclassicismo como um dos estilos configurados pela cultura arquitetônica historicista, eclética e nostálgica difundida entre os séculos XVIII e XX”.⁴⁹

O que não quer dizer que não podemos destacar algumas especificidades que caracterizaram as casas senhoriais; nesse sentido, um ponto relevante que singulariza a linguagem arquitetônica de boa parte das sedes das fazendas cafeeiras da região é, na verdade, uma técnica herdada do tempo do açúcar, ou seja, o trabalho de cantaria. Tal inserção de pedras marca a influência da Arquitetura Mineira em suas edificações:

Essa mescla de técnicas utilizadas reflete a grande presença de mineiros numa região que, até o final do século XVIII, era ocupada maciçamente por paulistas, quando a tradição do emprego da taipa de pilão era muito forte. Passados mais de meio século de convivência entre os dois povos, as técnicas construtivas foram se adequando uma à outra, sendo ambas muito utilizadas, quase sempre numa mesma edificação.⁵⁰

Essa, talvez, seja a justificativa para encontrarmos nas paredes de tais sedes um misto de taipa com a inserção de tijolos, resultado de alguma reforma posterior à construção original, já que no ciclo cafeeiro, como afirma Carlos Lemos, “o café foi o responsável direto pela chegada do tijolo entre nós”.⁵¹ Outra característica dessa transformação é a adição de jardins ao estilo europeu, com o intuito de dar à sede da fazenda um ar bucólico, na tentativa de se aproximar da característica *art nouveau* europeia:

(...) não é de se estranhar que muitas das fazendas ostentassem alguns novos espaços não destinados à produção, mas sim à fruição como jardins circundando o casarão, muitas vezes cercado de um muro que garantia privacidade, ou grandes pomares, em geral dispostos na parte traseira do casarão, cortado por canais de água, cercados por grossos muros de taipa de pilão, cobertos de telhas, com as árvores frutíferas formando aléias. O apreço pelo conforto e um gosto estético começava a sair de dentro dos casarões, e a se refletir nas suas imediações.⁵²

Tal prática pode ser facilmente visível por uma foto da fachada da Casa Sede do Jica, tirada nos anos 1980 quando mantinha, ainda, o estilo murado e a jardinagem:

49 Ibid., p.46

50 BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas. Op. cit., p.196

51 LEMOS, Carlos. Casa Paulista. Op. cit., p.225

52 BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas. Op. cit., p.196.

Figura 13 – Casa Sede Murada- Fazenda Cachoeira do Jica, Indaiatuba (XIX)



Fonte: LEMOS, Carlos. *Op. cit.*, p. 224

Os ornamentos, segundo os especialistas, também fazem parte de mais uma das adaptações que o ciclo cafeeiro empreendeu às casas da época do açúcar, buscando, assim, além de valorizá-las esteticamente, dar-lhes um ar de modernidade, desvencilhando-as de um passado não tão distante, marcado pelas técnicas de arquitetura de terra que estigmatizavam o partido colonial paulista. Além disso, a influência da mão de obra imigrante em tais mudanças não deve ser desconsiderada já que ocorreu a “vinda maciça de imigrantes do sul da Europa para o trabalho nos cafezais, dentre eles trabalhadores da construção civil, conhecedores de uma arquitetura carregada de elementos classicistas”.⁵³

É notória a presença de tais mudanças nas casas sede de fazendas do café na região de Itu, o que nos permite afirmar que boa parte dessas construções, como por exemplo a sede da fazenda Cachoeira do Jica, em Indaiatuba, provavelmente foram, anteriormente, casas do engenho do açúcar e utilizaram soluções arquitetônicas dessa época ou mesmo, de momentos ainda mais distantes, como da época em que o local era “boca do sertão” e sede de paragens tropeiristas:

Dispostas em dois níveis, [as fazendas de café mostram] a herança mineira da época do açúcar, “o debaixo para o acesso e instalações acessórias e o superior para morada propriamente. Um dos dispositivos a denunciar sua procedência dos engenhos, é o alpendrado extensivo que compõe a fachada principal e que termina numa capela (...) Mesmo estabelecida

53 BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas*. *Op. cit.*, p.189.

com severa independência quanto às demais construções da sede da fazenda, este tipo de residência participa daquele conjunto que envolve o terreiro ou se relaciona com ele com um mínimo de contiguidade”.⁵⁴

Tal situação pode ser vista por meio da análise da documentação cartorial. Ao lançarmos mão das fontes primárias manuscritas referentes à da Fazenda Cachoeira do Jica, presente no Arquivo Histórico Municipal de Indaiatuba e no Museu Republicano Convenção de Itu, como o livro de atas da junta de qualificação eleitoral dos anos de 1847-1855, nota-se que José de Almeida Prado, o Jica, é descrito como eleitor que tinha a renda proveniente de “seus Engenhos”.⁵⁵ Já na série documental de compra, venda e troca de escravos, percebe-se a presença de dados que nos possibilitam afirmar que o Jica também foi um costumeiro comprador de escravos, principalmente do nordeste brasileiro, possivelmente buscando mão de obra com certa experiência na lavoura canavieira nordestina (que, se no XIX já deixara de ter o protagonismo da produção de outrora, ainda, detinha uma tradição muito marcante na cultura do açúcar).⁵⁶ No entanto, dentre as séries documentais citadas, o documento que tem as informações mais precisas a respeito da Fazenda Cachoeira do Jica e sua relação com a produção canavieira é o inventário do próprio José Almeida Prado, presente no Arquivo do Museu Republicano Convenção de Itu. Nele, constam a data da morte do dono da fazenda (dia 19 de dezembro de 1879) e uma cópia de seu testamento, datada de 1879, além da lista de escravos (um dos “bens” mais preciosos da época). No documento, consta, ainda, o levantamento das dívidas do capitão José de Almeida Prado, documento no qual encontra-se a informação de que era dono do sítio e terras denominado Fazenda Cachoeira, que, segundo a mesma fonte, surgiu na década de 1840, quando o dito capitão comprou terras dos herdeiros de Joaquim Gonçalves Bicudo. Ainda a respeito do sítio, denominado Cachoeira, afirma-se que ficou para o filho do Capitão José Manoel da Fonseca Leite, casado com a filha do Jica, Thereza Almeida Prado, além de confirmar que o local era grande produtor de açúcar “com casa de morada e fábrica de açúcar”.⁵⁷

Tais informações documentais dão suporte à hipótese, proposta neste artigo, de que boa parte das sedes rurais do café se assentaram e se aproveitaram da estrutura da época do “quadrilátero do açúcar” e de momentos anteriores como a do ciclo bandeirista. O que não quer dizer que a cafeicultura não teve suas contribuições próprias na região. A época do café não significou apenas o direcionamento a uma nova

54 SAIA, Luis. Morada Paulista. Op. cit., p.188-189.

55 Livro de Atas da junta de qualificação eleitoral dos anos de 1847- 1855. Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba, São Paulo.

56 Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, Província de São Paulo, Indaiatuba. 1880 a 1886. Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba, Indaiatuba, São Paulo

57 Inventário de José Almeida de Prado, fl.13-16; 64 e 87. In. Fundo “Nilson Cardoso de Carvalho”. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson Cardoso de Carvalho. Fundação Pró-memória de Indaiatuba, São Paulo.

cultura ou um novo ciclo agrário exportador, mas refletiu o avanço da Revolução Industrial científica e a entrada no mundo moderno, o que gerava um otimismo em função do avanço da ciência em associação com os conceitos de progresso.

Aos poucos, em virtude disso, o panorama econômico e social do país se desenhava pelo desenvolvimento urbano, mas sem deixar de lado a herança e a dependência do mundo rural. Nesse caso, deve-se concordar com a professora Margarida Neves de que o Brasil do café “é simbolizado por essa característica binária, de campo e cidade de ritmos diferentes e realidades diferentes, mas que se complementavam nesse novo perfil social, econômico e cultural brasileiro”.⁵⁸ Segundo ela, essa situação era ainda mais gritante no Estado de São Paulo, região de maior produção do “ouro verde” e que, em virtude disso, recebeu o maior impacto de tais mudanças.⁵⁹ Não é à toa que em 1930, das 234 cidades paulistas computadas, 214 tinham surgido na época do café. Panorama influenciado por tal cultura cafeeira, que precisava de mais gente envolvida no “beneficiamento, transporte e comercialização”.⁶⁰ Por isso, deve-se destacar, também, o binômio café-ferrovia, símbolo da modernização industrial mecanizada, que não só escoava a produção agrícola, mas ajudava a fazer chegar, mesmo no sertão, o modismo, os produtos e a cultura europeia.

É por meio das ferrovias que as novidades em termos de construção e, também, as novas linguagens arquitetônicas, penetraram nos sertões paulistas. “Dessa evolução, estendida a toda classe média no último quartel, resultou um novo modo de vida – nossas casas, ainda feitas à moda antiga, passaram a ser fornidas com que havia de mais moderno (...)”.⁶¹

Surgia, assim, uma nova arquitetura, adaptada ao programa de necessidades do homem moderno, o que mostra o quanto o partido arquitetônico e os modos de habitar refletem as mudanças ao longo do processo histórico. Mas, diante de tudo isso, para Luis Saia, esse momento significou uma ruptura drástica na evolução da arquitetura paulista, pois valorizou-se a importação não só de bens de uso privado, mas de técnicas e técnicos europeus, situação que, para ele, resultaria num problema, já que nessa importação “os técnicos sofriam um processo involutivo, no sentido de perder inteiramente a inteligência dos problemas”, reflexo da “importação dos estilos, que aqui também perdiam as substâncias que, nos países de origem, os explicavam e

58 NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15.

59 Idem. “O café chegou em São Paulo pelo Vale do Paraíba no começo do XIX, subiu o rio até as proximidades de Jacareí, pulando as más terras da região da capital, chegou a Jundiá e Campinas pouco antes da metade da centúria. Firmou-se definitivamente, dali pra cima, por volta de 1870, com o auxílio da estrada de ferro” (LEMONS, 1999, p.133). Entre os motivos da decadência da produção cafeeira na baixada fluminense, pode-se citar a dificuldade de escoamento do produto devido à serra da Bocaina, o que garantia o grande isolamento da região, diminuído pelos tropeiros que faziam o transporte em lombo de burros até o litoral fluminense, como em Paraty e Angra do Reis. Cf. BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas. Op. cit., p.29. A Estação Ferroviária -Pedro II- Futura Central do Brasil foi terminada apenas em 1870 e, mesmo assim, precisava-se de tropas para levar até ela, pois os ramais (estações ficavam no Rio de Janeiro) só chegaram nas áreas produtoras como Barreiro e Bananal em 1889, já na derrocada do processo produtivo. Além disso, outros fatores, como o uso não ideal do tipo de terra e a resistência ao trabalho imigrante, são outros fatores comumente levantados para explicar a decadência da produção cafeeira na região. Conferir também, SAIA, Luis. Morada Paulista. Op. cit., p. 48-50.

60 SAIA, Luis. Morada Paulista Op. cit., p. 48

61 LEMONS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p. 133.

justificavam”.⁶²

Carlos Lemos concorda com Saia, mas não atribui a mesma conotação negativa para tal mudança, pois defende que, com a chegada do café, rompeu-se a inércia da tradição, que por “muito tempo, mesmo com os recentes métodos construtivos trazidos pelo tijolo, se construía, copiando a estética e a volumetria da taipa de pilão”.⁶³ Por isso, para ele, “o café foi um verdadeiro divisor de águas na vida cultural em geral e na cultura material em particular de São Paulo”. O ecletismo e o neoclassicismo influenciaram as fachadas mais trabalhadas das casas sedes e seus jardins ao estilo europeu.

Diante de tal discussão historiográfica, deve-se concordar com Vladimir Benincasa, que afirma que:

Mesmo assim elas [as casas rurais] guardam em si, ainda, as lições apreendidas no período colonial, principalmente, no que diz respeito ao uso de materiais disponíveis como terra, madeira e pedra, a adaptação ao clima e ao relevo locais; são casas amplas e ventiladas, iluminadas pelo sol abundante, (...) mesmo tendo incorporado novos hábitos, mais sofisticados, adquiridos com a riqueza e o convívio na corte e nas viagens à Europa, mantinha tradições muito fortes.⁶⁴

Dentre tantas permanências, uma ruptura apresentada é que a casa sede das fazendas de café ganhou centralidade de poder ainda maior que na época açucareira. Por outro lado, o fato de seus donos não residirem mais ali, e sim nos centros urbanos que começaram a crescer, fez com que surgissem novos espaços, como a casa do administrador, as casas dos colonos e até mesmo armazéns de vendas e capelas afastadas da casa principal. As distâncias diminuíram imensamente com o advento das ferrovias e as fazendas passaram a ter o aspecto de um pequeno vilarejo, com suas várias colônias, “a grande capela, a venda, os pátios, a casa grande, o setor de beneficiamento de café, estábulos, currais, depósitos, escritórios, oficinas e tudo mais (...)”, ocorrendo o “rompimento daquela concentração que existia numa disposição mais tradicional”.⁶⁵

Já nas primeiras sedes das Fazendas de café do Vale do Paraíba não havia uma separação tão drástica entre a família e o resto fazenda, herança do que aconteceu na época do açúcar e, de forma mais intensa, na casa bandeirista. O alpendre, tornou-se lugar para fiscalizar o terreiro que poderia ficar à frente da sede, lugar estratégico que abarcou “todo o pátio de trabalho”, local onde “a família assistia a esses ofícios da parte interna da residência (...)”. Todas essas características vão se refletir na região do antigo quadrilátero e, nesse sentido, o terreiro seria simbólico como uma das principais características da fazenda de café dessa região, herança do partido aberto da época do

62 SAIA, Luis. Morada Paulista. Op. cit., p.53

63 LEMOS, Carlos. Casa paulista. Op. cit., p. 134

64 BENINCASA, Vladimir, Fazendas paulistas. Op. cit., p. 74

65 BENINCASA, Vladimir, Fazendas paulistas. Op. cit., p.135.

açúcar, no qual sua localização central era a forma de fiscalizar de “forma mais facilitada o trabalho no engenho”, como se pode ver na imagem abaixo da Fazenda Nova União, de Indaiatuba.⁶⁶

Figura 14 – Terreiros de café: Fazenda Nova União, Indaiatuba (XIX)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

Outra herança da época do açúcar é o uso de espaços especializados para a produção, a casa sede (para fiscalizar e morar), senzala e depois colônia (para os trabalhadores), tulha (beneficiamento do café), tudo isso feito em torno do terreiro, ou seja, como afirma Saia, uma “organização complexa de múltiplas unidades disciplinadas e hierarquizadas em torno ou em função do terreiro”, como se pode notar na imagem da sede da Fazenda Pau Preto em Indaiatuba, na qual se pode ver a casa sede e a tulha distribuídos em frente ao terreiro.⁶⁷

66 SAIA, Luis. Morada Paulista. Op. cit., p. 113-15 e 189.

67 SAIA, Luis. Morada Paulista. Op. cit., p. 184-185.

Figura 15 – Vista do terreiro e da tulha: Fazenda Pau Preto, Indaiatuba (XIX)



Fonte: Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Fundação Pró-memória de Indaiatuba.

Assim, a tipologia das sedes das fazendas do ciclo cafeeiro deve ser caracterizada pela unidade e variedade, pois “tanto é possível configurar um conjunto a partir de casos encontrados, quanto esse conjunto mostra-se bastante diversificado”.⁶⁸ Pode-se afirmar, desta forma, que tais evidências refletem resquícios de memórias arquitetônicas, sociais e culturais de outrora, que se diluíram nas diversas releituras de linguagens, algumas vezes mal adaptadas, pelos endinheirados cafeicultores. Por isso, não é difícil assegurar que o ecletismo arquitetônico, que será catalisado pela inserção da mão de obra imigrante, aos poucos, vai suplantar as soluções tradicionais, vindo a ser questionada apenas no final nos anos 1920, com o movimento neocolonial de Ricardo Severo e por toda uma política oficial de preservação patrimonial, consubstanciada no artigo 25, de 1937, com a criação do SPHAN, que legitimou até mesmo “ações corretivas”, desfigurando o ecletismo que simbolizou um momento histórico de nossa arquitetura. Prática que fica clara no posicionamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pelo órgão federal e que não via o mesmo interesse na arquitetura do café, do que teria a arquitetura colonial: “não só por serem menos raras e de época mais próxima, como também por possuírem de fato menor valor plástico e característico”.⁶⁹

68 CONDURO, Roberto. “Pretérito (Im)Perfeito: Casas Senhoriais em fazendas de café no sudeste brasileiro”. Op. cit., p.49.

69 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Arquitetura brasileira do ciclo do café: Fazenda Resgate, no vale do paraíba”. In. MARINHO, Teresinha. Rodrigo e seus tempos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

Considerações Finais

Como se tentou apresentar nas linhas acima, diante de tantas hipóteses, discursos antagônicos e até interferências técnicas em nome de interesses vários que não o preservacionista, a discussão historiográfica acerca da evolução da arquitetura rural paulista é carente de uma profundidade que dê conta da complexidade epistemológica que tal tema merece. Entre os vários motivos que podem justificar tal negligência, além de já comentada tendenciosa política de gestão do patrimônio cultural paulista, está o fato de que, na maior parte das regiões historicamente ocupadas desde a colonização de São Paulo, poucas conservaram exemplares representativos dos vários ciclos econômicos pelo que passou a região. A maioria utilizou a estratégia de substituição das antigas construções por novas que atendiam aos programas de necessidades advindos de novas práticas socioculturais do momento. Essas novas técnicas empregadas geralmente estavam ligadas às tecnologias inovadoras, possibilitadas pelo ciclo econômico do momento e suas necessidades práticas de produção.

Devido a uma série de variáveis, a região de Itu, principalmente o espaço onde hoje se localizam os municípios de Indaiatuba e de Itu, fugiu dessa regra e manteve resquícios de memórias de suas primeiras povoações, ou seja, de quando, ainda, era conhecida como “boca de sertão”, ponto irradiador do bandeirismo e do tropeirismo. Mas, nem por isso deixou de dialogar, também, com as práticas construtivas das épocas posteriores, como o ciclo do açúcar no XVIII e do café, com suas inovações estéticas no XIX. Diferentemente de outras regiões, as técnicas coloniais apareceram mescladas e harmoniosamente readequadas às propostas construtivas do final do XIX, como, por exemplo, a utilização de pedras e tijolos, materiais demasiadamente aplicados nas sedes cafeiras que passaram a ser utilizados em consonância com a arquitetura de terra (taipa de mão e pilão), que tanto marcou os ciclos bandeiristas e açucareiro paulistas.

Devido a tudo isso, esta análise acurada das construções rurais da região de Itu ajudou a reavivar algumas memórias não só de técnicas e soluções construtivas pouco mencionadas e estudadas, mas também de práticas, costumes e iniciativas, políticas, culturais e econômicas que marcaram o passado paulista.

Acredita-se que só a análise acurada de fontes diversas, materiais e escritas, e o olhar panorâmico e retrospectivo das práticas construtivas paulistas, como oferecido nessas poucas linhas, podem auxiliar a levantar tais indícios de memórias que contribuem para visualizar o percurso da evolução da arquitetura rural de São Paulo e a relação com seu desenvolvimento econômico e as mudanças socioculturais ao longo da sua história.

Além de tudo, tal estudo ajuda a desmistificar discursos tradicionais acerca da

dinâmica econômica e social de São Paulo antes da produção cafeeira, como aquele baseado na crença de que a Capitania compartilhou de uma inércia econômica e social que caracterizou o seu isolamento, situação que só começou a ser retomada com Morgado de Mateus e ganhou materialidade com a exportação do “ouro verde” no século XIX. Nesse sentido, as dinâmicas econômicas que caracterizaram as construções da época na região de Itu, enquanto “boca do sertão”, mostrou as potencialidades da Capitania desse momento, tanto no que se refere ao seu comércio interno, quando na sua produção de exportação para manutenção da região mineradora, o que se refletiu nas construções ditas “tropeiristas” e nas moradas da época do “quadrilátero do açúcar”.

Portanto, deve-se salientar que o estudo dessa cultura material paulista possibilita não somente resgatar indícios das técnicas construtivas de São Paulo, eminentemente rural, mas também auxilia a retomar toda uma prática cultural bem maior, que perpassa as relações de poder que definiram uma herança rural que se nota, ainda, tão presente nos dias de hoje, não só em terras paulistas, mas em todo o território nacional, pois passou a fazer parte constitutiva da identidade e cultura moderna brasileira. Reflexão que torna ainda atual a definição “Herança Rural”, de Sérgio Buarque, conceito que não está ligado, necessariamente, à questão agrícola, mas sim a um modelo rural implantado pelo português colonizador e que moldou, por séculos, os costumes e as práticas sociais do mundo urbano contemporâneo brasileiro.⁷⁰ Por isso, pode-se dizer que o exercício de retomar a história da arquitetura rural de São Paulo, por meio da região de Itu, se consubstancia não só numa prática de revisitar o passado, mas sim de entender o nosso presente e a nós mesmos.

Recebido em 25 de abril de 2018.

Aprovado em 19 de junho de 2018.

70 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1971. p.41.